

A despontencialização das imagens simbólicas e sua relação com a ideia de mito na política¹

Thiane ÁVILA²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS

RESUMO

O presente artigo busca propor uma reflexão preliminar a respeito da relação existente entre a despontencialização das imagens simbólicas, embasadas pela obra de Contrera (2015; 2018), com a compleição social na contemporaneidade. Nessa direção, visa a elencar alguns dos principais elementos constituintes dessa discussão acerca da promoção exacerbada das imagens técnicas, em substituição às simbólicas, concomitante aos movimentos de apropriação das narrativas míticas no contexto político, considerando como autores basilares para o assentamento teórico Contrera (2015), Miguel (1998), Barthes (2001) e Sorel (1992). Para perseguir essas questões, o estudo trará noções importantes ao trabalhar, teoricamente, os conceitos de imagens simbólicas, imagens técnicas, mito e o mito na política.

PALAVRAS-CHAVE: imagens simbólicas; imagens técnicas; mito; mito na política.

DAS IMAGENS SIMBÓLICAS

O primeiro ponto a ser refletido nesse breve estudo diz respeito ao papel das imagens na sociedade. Imagens criadas e potencialmente reinventadas, colocadas à mesa para descortinar perspectivas, evidenciar potências ou mesmo sublimar certos delírios. Imagens que, inexoravelmente, numa retórica menos usual, acontecem à medida que são consumidas, extraídas e recortadas, a bel-prazer daqueles que as ingerem, configurando aí um processo único de nascimento de um novo desconhecido, inédito, indispensável à individualidade, que talvez nunca se torne compartilhado por vias diretas e espelhadas da arena social. Essa imagem, carregada de poder e ancestralidade, definida como simbólica, abriga, segundo Contrera (2018, p.186),

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Imagem e Imaginário, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pelo PPGCOM da UFRGS, email: thianesavila@gmail.com.

“plasticidade e densidade energética [...], que extrapola toda a tentativa de controle tecno-burocrático do mundo e, por isso, nunca veremos grandes investimentos econômicos promovendo o sonho genuíno, o silêncio, o vazio criador, a arte não comercial”.

Sobre essas imagens, é preciso pontuar a dependência legítima em relação ao poder da imaginação, única ferramenta capaz de permitir uma atuação sem cortes e sem censuras, que promove e dá as condições ideais para um passeio verdadeiro e desapressado dos significados de dentro para fora, num processo ininterrupto de sinergia em relação às provocações externas e as predileções internas. Esse processo, próprio das coisas demoradas e silenciosas, trata-se justamente do elemento sujeito à poda no contexto contemporâneo em que se vive a sociedade capitalista e produtora de velocidade.

Sem essa penetrabilidade da imagem, sem sermos penetrados e revirados por ela, seu potencial simbólico se perde, a possibilidade de imaginarmos se restringe, a imaginação se torna mais um produto, pronta, como se tudo isso acontecesse fora de nós, não em nós. Essa é uma eficiente estratégia de despotencialização do espírito humano, desconectar imagem de imaginação. Como potente força transgressora e criadora, a imaginação não interessa às intenções de controle, venham de onde vier. (CONTRERA, 2018, p.187).

Na perspectiva de um mundo que incentiva a ingestão indigesta e sem profundidade dos pormenores simbólicos, verifica-se a impossibilidade de escoamento poético, de tangenciamentos que demoram (menos pela passagem do tempo e mais pela antropofagia espiritual do processo). A simbologia, entendida como essa simbiose, por vezes confusa, entre a existência una e as proposições das diferentes criações, possíveis somente pela predisposição ao plural, acaba por ser amplamente comprometida quando

é submetida a um viés cartesiano e reducionista, empenhado em servir a interesses pontuais de projetos difusos, na maioria da vezes costurados com projetos de poder bastante específicos. Nesse ponto, Contrera (2015) contribui decisivamente:

O que acontece com a imagem quando ela perde seu potencial simbólico? De certa forma, a reflexão acerca da Mediosfera apontou o que acontece com o imaginário quando o simbólico é despotencializado. A crescente migração da energia dos Imaginários Culturais para o Imaginário Mediático – padronizado e hegemônico – é talvez um dos maiores sintomas de como nossa época padece da crise do simbólico e de como procura ocupar o lugar deixado pelos deuses e pela transcendência, com o consumo e a tecnolatria. Por outro lado, sabemos que a imagem simbólica cedeu gradativamente lugar, no mundo tecno-burocrático do Capitalismo, para a imagem técnica, num movimento em que a complexidade cognitiva é transferida do pensamento e da consciência humanos para os programas dos aparelhos cujo funcionamento nos escapa. (CONTRERA, 2015, p. 457).

Embalado pela reflexão de Contrera (2015), o próximo tópico vem situar a respeito da passagem de uma lógica preocupada com as abstrações e com a vitalidade dos poderes genuínos, capazes de atuar como verdadeiros catalisadores da potência humana, para uma perspectiva industrial e mecanizada, construída com o objetivo de subliminar as recorrências do espírito e da subjetividade, forças promuladoras da imprecisão que enriquece os âmbitos rechaçados pela cultura cartesiana. Nesse sentido, cabe a inversão de prioridades quando se reflete acerca das imagens técnicas, que subjagam o protagonismo da esfera sem censuras própria do que é simbólico, e resguardada a cumprir projetos específicos de sociedade, calcados em prognósticos

claros e arenas bem assentadas na razão. Uma verdadeira troca de arena, onde as tecnologias vêm como ferramentas essenciais à criação de verdades menos criativas e mais compulsórias, requintadas com o adendo relevante da alienação e dos hábitos mecanizados e facilitados pela mera repetição sem critério. Pelo simples fazer ideal de uma sociedade sem grandes ideias.

DAS IMAGENS TÉCNICAS COMO ROTEIRO DE UM MUNDO CONTEMPORÂNEO

A ideia central para o início dessa discussão preliminar acerca das imagens técnicas e sua associação com a ideia de mito na política parte do entendimento de alguns pressupostos importantes à evolução das linhas em tela, pois exige o enaltecimento de compreensões específicas sobre a dimensão interpretativa dada por esse trabalho a esses termos. Sendo assim, aqui, é preciso que se considere como imagem técnica aquele tipo criado com o objetivo de transitar pelos suportes, acrescentando uma camada de protagonismo no que diz respeito à presença do meio como mediador e proponente de significado entre a mensagem que se passa e o que é efetivamente recebido. A esse conceito, Contrera e Baitello (2006, p. 121) associam as imagens exógenas:

Já aquelas imagens criadas para transitar pelo universo exterior, sobre suportes materiais fixos ou móveis, constituiriam as chamadas imagens exógenas. Seu percurso histórico e seu papel social se confundem e se mesclam com a história humana de registrar suas imagens, desde as primeiras representações paleolíticas conhecidas, passando pela criação de figuras de culto, pelas transformações pictográficas que darão origem à escrita, pelos diversos sistemas de escrita e pelas recentes formas da imagem mediática. Indispensável lembrar aqui a importante passagem do valor de culto

para o valor de exposição, assinalada por Walter Benjamin, demarcando a era da reprodutibilidade técnica como o início da proliferação das imagens exógenas. (CONTRERA, M.; BAITELLO, N., 2006, p. 121).

Nessa perspectiva, a reflexão que se pretende levantar nesse tópico diz respeito à maneira como as imagens técnicas servem, sobretudo na sociedade contemporânea, como verdadeiros roteiros de mundo e proponentes de sentido, especialmente no que concerne à conformação dos discursos políticos, que têm utilizado, em larga escala, o aparato disponível de tecnologia e redes sociais de comunicação para evidenciar seu projeto de poder. Em outras palavras, ao se admitir a centralidade das reproduções imagéticas como fator preponderante à decodificação dos acontecimentos sociais e, mais do que isso, à forma como os indivíduos têm se preparado e têm sido incentivados ou não a resgatar o seu repertório interior existente, a fim de dar significado às coisas do mundo, torna-se urgente a inserção dessa perspectiva nos conteúdos dados a ver na esfera pública.

Agora, é possível avançarmos, finalmente, a alguns pontos particularmente importantes às relações que se seguem. Primeiramente, a questão a ser levantada, ainda no sentido provocado no presente tópico a respeito das imagens técnicas enquanto roteiro de mundo, reside na dimensão paradoxalmente simbólica e literal que essas imagens carregam consigo. Numa aventura conceitual própria dos tensionamentos ancorados em obras importantes e antecessoras do pensamento sobre as imagens (exaustivamente estudadas e acionadas em diferentes contextos teóricos e metodológicos), cabe uma provocação bastante audaciosa em relação às formas como podem influenciar a condução da vida em sociedade. Isso quer dizer, dentre outras coisas, que é preciso admitir que as imagens técnicas, sobretudo em função da eclosão desenfreada do aparato midiático (televisão, computadores, smartphones e todo o tipo de tecnologia dessa ordem) acarretou uma exposição exacerbada a diversos estímulos externos, que não estão, necessariamente, relacionados com os parâmetros mais interiores dos seres humanos, capazes de trazer à luz uma pluralidade de possibilidades no que concerne às (re)construções do mundo mediante o estímulo a diferentes

perspectivas do real. Ao contrário, a insistência das imagens técnicas em subutilizar mecanismos mais sofisticados e complexos da dimensão da subjetividade das pessoas para a decodificação das suas mensagens contribui para que haja uma reificação dos literalismos, à medida que agem no sentido de perpetuar determinados comportamentos sociais, sobretudo se é levada em consideração a existência de uma sociedade que, há décadas, vem sendo submetida a fatores pouco naturais de sua espécie, como a “superpopulação que apaga todo o espaço de privacidade corporal e submete o homem a uma proximidade obscena, compulsória” (CONTRERA, 2005, p. 2). Nessa perspectiva, o caminho rumo ao esclarecimento, em linhas gerais, da influência das imagens técnicas na maneira como a sociedade tem se comportado em todos os âmbitos da vida - social, emocional, político etc. - encontra respaldo importante se considerada essa dimensão central dos indivíduos, isto é, a forma como passam a interpretar o mundo e, conseqüentemente, suas demandas prioritárias, estejam elas alocadas na dimensão pública ou privada - ou ambas, como é mais razoável e completo perceber.

DAS NARRATIVAS MÍTICAS

A narrativa mítica, antes de passar por qualquer filtro da ordem do conceito, contempla exatamente aquilo que há de mais importante na perspectiva simbólica de uma sociedade: a capacidade de criar histórias e colocar em harmonia os tempos que foram e os tempos que são. Sobre os discursos tensionados a preocupações específicas, tem-se propostas criadoras e criativas de solução, de resgate antepassado e de valor atual. Algo que se pauta no terreno fértil da imaginação propícia ao desenvolvimento genuinamente humano, que ultrapassa as prerrogativas egoicas de soluções cartesianas e empenhadas na redução dos detalhes. Eles, ao contrário, importam. Não só importam, mas interessam e fazem toda a diferença na efetividade da condução da vida. É sobre não negligenciar uma coletividade legítima, de respeito acentuado às histórias e de fluxo contínuo frente aos processos de reinvenção e de memória. Segundo Contrera (2015):

A linguagem do mito é essencialmente metafórica, e metáfora é dizer que isto é aquilo, como bem lembrou Rubem Alves (in

MORAIS, 1988). Não é dizer simplesmente que isto se parece com aquilo, mas apontar para a profunda identidade secreta entre as coisas, entre o sujeito e o objeto. A metáfora agride a separação cartesiana clássica com a qual ainda estamos acostumados a pensar nas Ciências Sociais. (CONTRERA, 2015, p. 189).

Essa metáfora da qual nos lembra Contrera (2015) remonta justamente ao que há de mais basilar na perspectiva mitológica, amparada genuinamente em estímulos menos racionais de uma sociedade, considerando piamente aqueles que se afastam da objetividade diacrônica do desenvolvimento pautado nas questões meramente tecnológicas. Essa diferença, por assim dizer, interessa sobremaneira esse ponto da reflexão, pois a ideia que cabe a esse tópico destacar consiste na evidenciação de mudanças importantes em relação ao uso e interpretação do conceito de mito, especialmente quando atrelado à perspectiva da esfera pública de poder, orquestrada, essencialmente, por projetos políticos específicos cuja razão de ser não se situa no mesmo lugar das importâncias ancestrais. Pelo contrário, está amparada em chãos sedimentados por outros materiais, além de não ter como premissa básica as outroras valoradas resoluções do espírito. Segundo Contrera (2015, apud JUNG, 1986 p. 91), a realidade mítica diz respeito a uma condição do homem em que, “o que acontece fora, também acontece dentro dele, e o que acontece dentro, também acontece fora”. Partindo desse entendimento, torna-se claro pensar na relação de interdependência que as narrativas mitológicas tinham na sociedade em relação aos acontecimentos da “vida real”. Essa troca, genuína e necessária, atua como força criadora da realidade, condicionada, por óbvio, pela presença ativa da imaginação, capaz de munir as mentes humanas de toda a criatividade necessária para viver sem a prescrição literal prevista pela dinâmica cartesiana.

Conceber a metáfora para além de sua possibilidade meramente estilística é fundamental para a compreensão do mito. A metáfora é a estratégia representativa pela qual

o inconsciente expressa a vivência da profunda interconexão entre os seres. (CONTRERA, 2015, p. 189).

Entendidos os pontos brevemente assinalados acima, é de suma importância a constatação de um fato em relação ao mito e a maneira como sua existência se justifica ao longo da história da humanidade: o seu significado se dá a partir das relações estabelecidas entre as pessoas. Embora pareça óbvio, esse aspecto contém em si uma beleza e um perigo iminentes: a alteridade e o fluxo social, por sua conta, são poderosos na dimensão discursiva e prática de uma sociedade, podendo, dessa forma, agir em relação às tradições e às maneiras de pensar e atribuir significado de jeitos surpreendentes e inéditos. No caso da sociedade contemporânea e das formas de apropriação dos elementos mitológicos em estratégias vazias de simbolismo e transcendência, nota-se, de forma bastante clara, os riscos inerentes à continuidade de determinados projetos de poder, assim como ao jeito com que os indivíduos passam a apreender os estímulos (não) criativos de aceitação do real.

Nesse momento, importa trazer à luz algumas reflexões caras do ponto de vista político e social desse teor mitológico presente na humanidade ao longo de sua história, incidindo, sobretudo, nas atualizações conceituais de alguns aspectos de seu uso, relevantes do ponto de vista de sua aplicação e, por isso, não menos intrigantes, embora diferentes, de alguns dos principais elementos primordiais à mitologia em sua forma genuína e clássica. Dessa forma, eis o momento adequado para traçar um breve roteiro relacional no que concerne à importância da reflexão acerca das imagens simbólicas com a perspectiva mitológica e suas apropriações. Nesse caso, um dos pontos mais salutares do cruzamento teórico diz respeito ao protagonismo das concepções simbólicas no ato de dar significado às coisas do mundo. Se é verdade que a presença da imaginação é essencial para a transformação da realidade, sobretudo quando se leva em consideração a presença dos repertórios interpretativos que, somados, geram elementos próprios e não apenas acumulados, é inegável que, ao tensionar essa noção à perspectiva mitológica - metafórica por excelência -, existe uma série de mudanças diretas e indiretas que acometem o fluxo de decodificação do real. Em outras palavras, é preciso que se admita a interdependência entre os processos de interpretação dos

acontecimentos e dos discursos postos a público com os diferentes usos dados aos conceitos a partir das atualizações que acometem a compleição social.

Nesse ponto, também é preciso considerar a influência gerada pela descentralidade da comunicação, pautada pelas imagens técnicas em sua maioria, capazes de proliferar graças às condições sociais propícias ao seu desenvolvimento e validação na esfera pública. Nesse aspecto, a forma com que a comunicação se dará adquire papel indispensável na configuração das narrativas, já que a presença ou não de um intermediário entre as narrativas criadas faz uma diferença essencial no que tange à abordagem dos discursos, assim como sua recepção, de acordo com a escolha prévia dos meios através dos quais a comunicação se realizará e os seus respectivos acionamentos em relação a vieses, menções, contextos e versões privilegiadas. Do ponto de vista político, quando se toma como base a comunicação realizada, por excelência, a partir da esfera pública, esse aspecto ganha notoriedade ímpar, pois ultrapassa a dimensão privada e adquire potencial transformador sobressalente aos demais âmbitos, já que impera em razão de uma ou mais circunstâncias sociais.

A APROPRIAÇÃO DO MITO NA POLÍTICA ENQUANTO IDEIA DE VERDADE E O VAZIO SINESTÉSICO DE UM MUNDO LITERAL

Apesar de estar em estágio praticamente inicial em relação à teoria política, o mito é pauta de diversas teorias antropológicas e das religiões. Em relação à perspectiva inicial de “[...] expressão das ideias falsas em que acreditava a mente primitiva, permaneceu a concepção do mito como uma forma de pensamento oposta ao lógico e ao científico” (MIGUEL, 1998, p.1). Sendo assim, nessas áreas, o mito não é tido com a noção corriqueira de mero sinônimo de algo ilusório. Ao contrário, sua ênfase passa a estar, sobretudo, no papel que ele exerce de mediação entre o profano e o sagrado, atrelado à narrativa de origem que lhe é própria e que corresponde à categoria de função social relacionada ao passado que busca garantir o que pode ser definido como coesão social.

Nesse sentido, quando falamos em mito atrelado a uma compreensão mais contemporânea e, certas vezes, distante dos seus princípios originários, precisamos relembra determinados fundamentos, que passam pelos meios através dos quais eles

são amparados, e que exercem a função de torná-los cientificamente reconhecido e legitimado nos discursos. Nessa direção, Barthes (2001) ressalta que o mito se comporta com autossuficiência, livrando-se da necessidade de ser revisado, uma vez que carrega, em sua existência, correntes completas e inquestionáveis de causa e efeito.

Além disso, a realidade do mito repousa em sua função social (MALINOWSKI, 2014). Dessa forma, ao inserí-lo no contexto político, ele invariavelmente realiza uma conexão com o passado ou com o futuro, atuando na criação e manutenção da coesão social ou no agrupamento de indivíduos em torno de uma ideologia. Ao mesmo tempo, é possível admitir que o mito trata-se de imagens não passíveis da apreensão por meio da razão, mas sim pela intuição, ao passo que a mistificação se apresenta a fim de iludir a racionalidade (SOREL, 1992). Apesar disso e em razão disso, de sua relação com o emocional, Sorel (1992) argumenta que o mito é uma força sem a qual não é possível grande mudança social.

Trazendo a atenção de volta à perspectiva do mito como ponto central na definição dos relatos sociais, para Jacques Rancière (apud HOFFMANN et al., 2019), a narrativa mitológica não permite desvios ou desacelerações e, com isso, não abre margem para que haja possibilidades de outros caminhos a não ser o que ela propõe, acabando por não comportar suspeitas, rupturas ou intervalos para que algo mais seja contemplado. Essa realidade, uma vez acionada na comunicação, torna-se um sintoma importante sobre as formas de codificar o real e, conseqüentemente, passá-lo adiante.

Tomando como base essa linha de raciocínio, importa destacar o papel que o passado glorioso, resgatado através do mito, tem em sua narrativa, embasada em feitos heroicos, contribuindo para que essas narrativas mitológicas tornem-se um ato fundador, com legitimidade para definir as formas de ler os acontecimentos – e essas maneiras de apreender os fatos acabam tornando-se matrizes para que as pessoas leiam o real. Assim, esses relatos míticos são constituídos pela ordem do esperado e do previsto dentro daquela chave de leitura que fora fornecida para compreensão do real (MIGUEL, 1998), e a busca por essa construção, que, por sua vez, já tem um roteiro preestabelecido e esperado pelos indivíduos, causa envolvimento dos sujeitos. Nesse interlúdio, a mídia acaba tendo papel de destaque.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A RELAÇÃO DA DESPONTENCIALIZAÇÃO DAS IMAGENS SIMBÓLICAS COM A IDEIA DE MITO NA POLÍTICA

O grande objetivo em relação ao cruzamento das noções caras às imagens simbólicas e sua atuação na sociedade com a ideia de mito na política diz respeito, de maneira especial, à intenção de trazer à luz alguns vieses contemporâneos no que tange à valorização de determinadas perspectivas da sociedade em detrimento de outras. Nesse caso, pensar a respeito da desconsideração da subjetividade, ao mesmo tempo em que se destaca um sistema de valores calcado na apropriação de elementos oriundos de contextos originalmente profundos - como é o caso da herança mítica - impacta, dentre outras coisas, na ressignificação de princípios importantes da vida em sociedade, assim como as diferentes formas de produção de saberes e de reprodução de narrativas específicas.

No contexto da política, Girardet (1987) trata o mito como um sistema sofisticado e coerente de crenças, originado no reflexo de um sistema de valores que pode surgir de diferentes pontos dentro da esfera política. Nesse sentido, ligado às narrativas, o mito se estabelece de forma a realçar os espaços de pertencimento e passa a promover um senso de pertencimento através da celebração da própria identidade (VERNANT, 1992). A partir dessa perspectiva, que considera a questão da identidade como fator fundamental do pensamento sobre o mito, pode-se levantar a hipótese de que ele é uma peça protagonista quanto à presença e participação dos indivíduos de dado grupo, que antes se encontravam dispersos no ambiente social e agora necessitam de um propósito para que a unidade não se desfaça - propósito esse que será constantemente extraído da fonte da reiteração mitológica. Esse ponto é particularmente importante de observar: a partir desse processo de significação do real, que se dá concomitante à construção das identidades dos indivíduos previstas por Hall (2009), com seus espelhamentos e associações grupais, que se encontra um fio capaz de dar pistas a respeito do cerne que constitui a problematização das crenças, tomadas como verdades irrefutáveis em quaisquer contextos da esfera pública.

Admitida a relevância teórica e reflexiva dos pontos postos à tela anteriormente, importa lembrar o objetivo de tensionar, com o intuito de enriquecer a discussão, a perspectiva mitológica de diferentes correntes teóricas com a atual conjuntura social da sociedade. Em linhas gerais, porém não menos relevantes, constata-se que a envergadura completiva da sociedade atua sobre os discursos e, ao longo do tempo, designa os critérios mais caros à manutenção de comportamentos que sejam interessantes do ponto de vista social, político e econômico. Por isso, torna-se emergente propor a interdisciplinaridade dos debates, já que, mesmo abastecido por fontes originalmente distintas, compartilham elementos comuns a respeito das tendências da humanidade frente aos estímulos recebidos, assim como a importância inegável do aparato simbólico no que concerne à acomodação dos roteiros estipulados como corretos e seguros de serem seguidos.

Ao se observar, portanto, a perda de espaço que as imagens simbólicas obtêm, gradativamente, e em concorrência com as imagens técnicas e todos os elementos mencionados anteriormente a respeito das tecnologias e da influência da comunicação em cada ponta do processo, é preciso admitir que a roupagem dada ao mito no contexto político torna-se bastante sintomática se consideradas as novas formas de aceção do real e, sobretudo, a redução dos aspectos mais subjetivos do ser humano no momento em que é submetido ao contato com alguma informação que lhe é apresentada.

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, Rudimar. **Significação e comunicação na construção da imagem-conceito**. Revista Fronteira, v. 10, p. 193-200, 2008.
- BARTHES, R. **Mitologias**. 11. ed. Trad. Rita Boungermino e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BIMBER, B. **The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism**. Polity, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 133-160, set. 1998. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.2307/3235370>. Disponível em: . Acesso em: 13 jun. 2021.
- CONTRERA, M.S. **A imagem simbólica na contemporaneidade**. Intexto, Porto Alegre,

UFRGS, n. 34, p. 456-466, set./dez. 2015. DOI:
<http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.456-466>. Disponível em:
<https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1319>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CONTRERA, M. S.; BAITELLO JUNIOR, N. **Na selva das imagens: Algumas contribuições para uma teoria da imagem na esfera das ciências da comunicação**. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, [S. l.], v. 33, n. 25, p. 113-126, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2006.65623. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/65623>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CONTRERA, M. S. **Dessacralização do mundo e sacralização**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho iComunicação e Cultura, do Encontro da Compós em 2005. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_687.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

CONTRERA, M. S. **Imagem e dimensão simbólica da imagem**. Revista Latinoamericana de Ciencias e La Comunicación, v. 15, n. 29, p. 180-191, 2018. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1319>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALL, S. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, T.T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103- 133.

HOFFMANN, A. G.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, Â. C. S. **Possibilidades e limites do conceito de “mito político”: aspectos genealógicos e operacionais da noção nos estudos de comunicação**. In: VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (VIII COMPOLÍTICA), 2019, Brasília. Anais... Brasília: Compós, 2019. p. 1-22. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2021.

MALINOWSKI, B. **Myth in Primitive Psychology**. Londres: Angell Press, 2014.

MIGUEL, L. F. **Em torno do conceito de mito político**. Dados, [s.l.], v. 41, n. 3, p. 635-661, 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581998000300005>. Disponível em: . Acesso em: 13 jun. 2021.

SOREL, G. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SUSTEIN, C. **Republic.com**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

VERNANT, J.-P. **Mito e sociedade na Grécia antiga**. Rio de Janeiro: José Olympio/UnB, 1992.